

## CONSTRUÇÃO/ IMÓVEL URBANO

### Documentos necessários:

- ◆ Instrumento Particular de Requerimento firmado pelo proprietário do imóvel (qualificação completa, filiação, estado civil, com menção à existência ou não de união estável, documentação, representação legal quando for o caso), com firma reconhecida, contendo declaração relativa ao valor da construção.  
(Lei nº 6.015/73, art. 167, II, n. 4 c/c art. 246, § 1º c/c art. 221, II c/c Código de Normas do Foro Extrajudicial da Corregedoria-Geral da Justiça do Paraná, art. 502, § 3º, I a VII e § 4º c/c art. 502, § 5º c/c art. 569, § 2º e arts. 505 e 506 c/c Provimento nº 61/2017-CNJ, art. 2º)
  
- ◆ Carta(s) de Habitação relativa à(s) construção(ões) a ser(em) averbada(s).  
(Lei nº 6.015/73, art. 167, II, n. 4 c/c art. 246, § 1º c/c Instrução Normativa RFB nº 2.021/2021, art. 7º, I, XV e XXVI c/c art. 17, § 2º c/c art. 27, § 4º c/c art. 28, §§ 1º, 2º, 5º, I c/c art. 28 c/c art. 30, § 5º c/c Código de Normas do Foro Extrajudicial da Corregedoria-Geral da Justiça do Paraná, art. 569)
  
- ◆ Certidão de Débitos Previdenciários relativa à obra a ser averbada (CND/INSS), expedida pela Secretaria da Receita Federal, atualizada.  
(Lei nº 6.015/73, art. 167, II, n. 4 c/c art. 246, § 1º c/c Lei nº 8.212/91, art. 47 c/c Instrução Normativa RFB nº 2.021/2021, art. 7º, I, XVIII c/c art. 43 e seguintes c/c Código de Normas do Foro Extrajudicial da Corregedoria-Geral da Justiça do Paraná, art. 569)  
**\*\*\* Exigibilidade suspensa em atendimento ao contido no Ofício nº 7.793/2023 CGJ/DSE – SEI nº 0053524-30.2023.8.16.6000, datado de 22/09/2023, expedido pela Corregedoria-Geral da Justiça do Estado do Paraná, Despacho nº 9563008-GC, proferido em 21/09/2023, pelo Exmo. Sr. Corregedor, Sr. Roberto Antonio Massaro, e Acórdão e Decisão de Concessão de Medida Liminar, proferidos no Procedimento de Controle**

**Administrativo nº 0001611-12.2023.2.00.0000, em trâmite no Conselho Nacional de Justiça – CNJ.**

- ◆ Anotação de Responsabilidade Técnica – ART/CREA, quitada; ou Registro de Responsabilidade Técnica – RRT/CAU, quitado, relativos ao projeto arquitetônico e à execução da obra.  
(Lei nº 6.015/73, art. 167, II, n. 4 c/c art. 246, § 1º c/c Código de Normas do Foro Extrajudicial da Corregedoria-Geral da Justiça do Paraná, art. 565 c/c art. 569)
  
- ◆ Guia de Recolhimento do FUNREJUS incidente, quitada, emitida por esta Serventia Imobiliária.  
(Lei nº 6.015/73, art. 167, II, n. 4 c/c art. 246, § 1º c/c Código de Normas do Foro Extrajudicial da Corregedoria-Geral da Justiça do Paraná, arts. 569 c/c Lei Estadual nº 12.216/1998, art. 3º, VII)

**CONSTRUÇÕES OBJETO DE FINANCIAMENTO IMOBILIÁRIO:** O valor a ser indicado deverá coincidir com a soma dos recursos destinados à construção, constante no contrato e/ou matrícula.

*Importante ressaltar que, dependendo da análise técnica-jurídica do pedido ou de eventuais alterações legislativas, poderá ser necessária a complementação de documentos. Portanto, a presente listagem servirá como auxílio preliminar da documentação mínima, podendo não ser definitiva.*